

# Escola sobe mesmo 50%

## Reajuste de 35% é fixo e 15% restantes, negociáveis

O ministro da Educação, Jorge Bornhausen, divulgou ontem o índice de aumento da primeira semestralidade de 87, fixado pelo MEC em até 35 por cento. O Ministério concedeu ainda uma margem negociável de até 15 por cento sobre o valor do índice para as escolas não satisfeitas com o aumento. A majoração desagradou a todos: donos de escolas, professores e pais de alunos. Em contrapartida o ministro informou que os próximos reajustes serão fixados com a participação das Associações de Pais e Mestres.

Confirme o CORREIO ontem, o total dos reajustes pode chegar a 50 por cento.

Os índices para as escolas de nível superior deverão ser divulgados até amanhã. De acordo com o secretário-geral adjunto do MEC, Luís Bandeira, eles serão concedidos da mesma forma para o 1º e 2º graus e estarão no mes-

LÚCIO BERNARDO



Bornhausen conseguiu desagradar a todos  
mo nível do aumento di-  
vulgado ontem.

Na próxima semana o presidente José Sarney assinará ainda um decreto delegando competência aos Conselhos Estaduais e Federal de Educação (CFE) para definir os próximos reajustes, através das Comissões de Encargos Educacionais. Estas comissões, segundo Bornhausen, serão reformuladas de modo a evitar que os representantes de professores que

delas participam sejam também donos de escolas.

Conforme a portaria, a margem negociável de até 15 por cento deverá ser homologada pelas Comissões de Encargos Educacionais dos Conselhos Estaduais de Educação. A semestralidade terá de ser paga, no mínimo, em quatro parcelas, enquanto a antecipação será descontada nos aumentos futuros das mensalidades.

As associações de pais

e mestres deverão participar da elaboração dos próximos reajustes juntamente com as escolas, informou o ministro, ao frisar que caberá aos Conselhos Estaduais de Educação e CFE definir estes aumentos.

O ministro admitiu ser este um caminho para chegar a livre negociação entre as escolas, pais e professores com vistas aos próximos reajustes. Segundo Bornhausen, esta foi uma sugestão apresentada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

O Governo deve deixar aos poucos de ser um instrumento regulador na economia — observou Bornhausen. Segundo ele, ao assinar o decreto delegando poderes aos Conselhos Estaduais e Federal de Educação para fixar os próximos reajustes, o presidente José Sarney estará devolvendo a estes Conselhos uma tarefa que já foi de sua competência.